

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.525.712 - RJ (2019/0176365-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : VISION MED ASSISTENCIA MEDICA LTDA**  
**ADVOGADOS : KÁTIA GONÇALVES KLESCOSKI - RJ079389**  
**ANDRÉ LUIZ PINHEIRO DE AMORIM - RJ102200**  
**AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Fls. 612/616e – Trata-se de Agravo Interno (art. 1.021 do CPC/2015) interposto contra decisão monocrática do Excelentíssimo Ministro João Otávio de Noronha, Presidente desta Corte, mediante a qual, com fundamento nos arts. 21-E, V, e 253, parágrafo único, I, ambos do RISTJ, o Agravo em Recurso Especial não foi conhecido, porquanto não atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada (fls. 609/610e).

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Em juízo de retratação, consoante o disposto no § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se o desacerto da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, a fim de que o Agravo em Recurso Especial seja novamente analisado.

Trata-se de Agravo nos próprios autos de **VISION MED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, contra decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 451e):

**DIREITO ADMINISTRATIVO. ANS. MULTA APLICADA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE DISPOSITÇÃO CONTRATUAL. ADEQUAÇÃO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA.**

*I. Trata-se de avaliar a legalidade de multa imposta pela ANS em*

*desfavor da Embargante/Apelante, pelo descumprimento de obrigação contida em contrato de plano de saúde, por ausência de reembolso de valores referente a procedimentos de cobertura obrigatória, realizados pela beneficiária fora da rede credenciada da Apelante.*

*II. verifica-se que a Embargante utilizou-se de códigos equivocados de Tabela de Procedimentos, para cálculo do valor de reembolso. Com efeito, em dois dos procedimentos realizados (exérese de carcinoma basocelular na região frontal e na região tibial, com rotação de retalho), a operadora de plano de saúde utilizou o código 54010071 (excisão de sutura simples de pequenas lesões, com valor inferior ao código correto, qual seja, 54010063 (excisão de sutura simples de pequenas lesões com rotação de retalhos), não obstante tenha sido indicado pelo médico assistente da beneficiária o código correto do procedimento. Neste contexto, apurou a ANS que o valor correto de reembolso seria de R\$ 822,15 (oitocentos e vinte e dois reais e quinze centavos), que não foram pagos corretamente pela operadora de plano de saúde.*

*III. Alega a apelante, por outro lado, que a beneficiária não teria apresentado os relatórios médicos no requerimento de reembolso, tornando-o inviável. Entretanto, tal assertiva não é suficiente para alterar a prática da infração administrativa. Com efeito, a beneficiária apresentou cópia dos serviços médicos prestados, com discriminação das atividades médicas prestadas (fls. 61/64). Ademais, consta no relatório da fiscalização a informação de que, através de contato por telefone, a beneficiária solicitou procedimentos no código 54020166 (2x), negados pela Operadora, que impôs o código 54010071 (fl. 118). Assim, forçoso concluir que a Operadora, ora Embargante, tinha ciência de todos os procedimentos a que a beneficiária foi submetida.*

*IV. Além disso, não se verifica qualquer irregularidade formal na CDA executada. Com efeito, o termo inicial do débito corresponde à data de seu vencimento. Como ressaltado pelo Juízo a quo, a referida data foi fixada com referência ao dia subsequente ao dia em que foi efetuada a intimação administrativa para o pagamento da dívida reconhecida na decisão proferida no processo administrativo.*

*V. Recurso não provido.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 469/474e).

Sustenta-se a presença dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial (fls. 561/568e).

Com contraminuta (fls. 572/578e), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No Recurso Especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição da

República, aponta ofensa ao art. 757 do Código Civil, alegando, em síntese, que "o pedido de reembolso não foi acompanhado de relatório médico que permitisse à Recorrente identificar outros procedimentos que não aqueles solicitados previamente. Trata-se de um ônus contratual da Beneficiária a prova de que determinado procedimento foi realizado, sendo impossível à Recorrente provar o NÃO-FATO (o que costumam denominar de prova negativa), ou seja, aquilo que não ocorreu e que, portanto, não provocou nenhuma consequência no mundo fenomênico" (fl. 495e).

Sem contrarrazões (fl. 499e).

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 253, II, *a*, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade do Agravo, passo à análise do Recurso Especial.

A tese de que "o ressarcimento não poderia ser efetuado, tendo em vista que o pedido de reembolso não foi acompanhado de relatório médico que permitisse à Recorrente identificar outros procedimentos que não aqueles solicitados previamente" (fls. 495/496e) não encontra amparo no dispositivo apontado (art. 757 do Código Civil), o que impede sua apreciação em recurso especial.

Com efeito, incide na espécie, por analogia, o óbice contido na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS. PEDIDO PROTOCOLADO NO ÚLTIMO DIA DA LICENÇA ANTERIOR. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS, SER DESARRAZADO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ARTIGO**

**18, INCISO I, DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.**

(...)

2. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, da orientação posta na Súmula 284/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.170/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO. DIREÇÃO CONTRA SENTENÇA. EXISTÊNCIA DE ACÓRDÃO POSTERIOR QUE A SUBSTITUIU. PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. ARTS. 485, V, E 512 DO CPC. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.**

(...)

2. Há deficiência argumentativa quando o preceito legal apontado como violado (arts. 485, V, e 512 do CPC) não é suficiente para amparar a tese defendida no recurso especial. Precedentes.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.369.630/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 20/11/2013).

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou

improvemento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10º do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO n. 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

*In casu*, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

Posto isso, nos termos do § 2º art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 609/910e, restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo interno de fls. 612/616e, e, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 253, II, *a*, do RISTJ, **CONHEÇO** do Agravo para **NÃO CONHECER** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora